

DP- ex 44

CONFLUÊNCIA

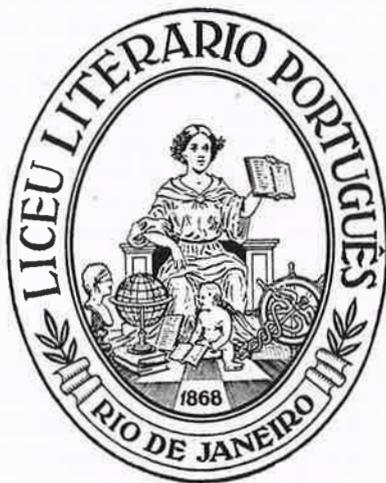
REVISTA

DO

INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A LUSOFONIA ; NOVO TEMPO

Per multiplum ad unum



SEPARATA

N.º 10 - 2.º semestre de 1995 - Rio de Janeiro

EDITORIAL

A LUSOFONIA: NOVO TEMPO

Estamos a viver, neste entardecer do século, dias importantes para os povos de Língua Portuguesa. E são importantes, primeiro, porque em alguns países estão em curso acontecimentos internos de mudança e de extraordinário significado político. Como é o caso do Brasil, onde foi implantado, com sucesso, um novo Plano de estabilização monetária, que, tendo embora menos de um ano, já representa resultados inegáveis contra a inflação, enquanto se processam reformas estruturais de grande alcance, que vão desde a definição de um novo formato para o Estado, até às modificações no ordenamento fiscal, na orgânica da previdência, no campo da educação e da saúde, etc. – tudo para que este país chegue à virada do século como uma das maiores potências mundiais. Como é o caso de Angola, que, depois do cessar-fogo e das recentes negociações entre o MPLA e a UNITA, começa finalmente a haver pelo menos a esperança da paz e da reconciliação, depois de 20 anos de guerras e conflitos permanentes. Como é o caso de Moçambique, onde depois das eleições do ano passado abriram-se espaços para a pluralidade e a convivência dos dois movimentos que lutaram pelo Poder desde 1975, sacrificando milhares de vidas e reduzindo o país a um nível de miséria e de sofrimento dos piores do mundo. Ou como é o caso, enfim, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, onde foram definidas situações político-partidárias que tendem a garantir melhores padrões de governabilidade.

Mas são dias importantes também porque, independentemente das mudanças domésticas em cada um dos Estados-membros da lusofonia, que apontam para um ciclo de paz, de desenvolvimento e de promoção social, temos a possibilidade de institucionalizar uma Comunidade que, embora constituída por países geograficamente separados, possuem a Língua, a História e muitas afinidades culturais a dar-lhe a base e o contorno.

Um primeiro sinal de que a lusofonia começa a ganhar no mundo outra dimensão foi dado, há pouco tempo, pela UNESCO, ao adotar o Português como Língua de trabalho. Durante vários anos, envidaram-se esforços para que naquele organismo das Nações Unidas fosse utilizado, juntamente com o Inglês, o Francês, o Espanhol, o Italiano, etc. também o vernáculo. Sempre se arrumavam motivos para o assunto ficar em suspenso. Mas, finalmente, graças sobretudo ao empenho e às diligências do Prof. José Augusto Seabra, primeiro, e depois do Emb. José Aparecido de Oliveira junto ao Secretário-Geral da UNESCO, Federico Mayor, esse objetivo foi atingido, o que não deixa de ser uma conquista de grande significado para os povos lusófonos.

No entanto, a institucionalização formal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa já adiada por duas vezes será a iniciativa diplomática que virá assinalar a nova posição, no contexto internacional, desse bloco formado pelos 7 Estados onde se fala o idioma de Camões, e induzir novas formas de cooperação e de intercâmbio entre eles.

A União Européia, desde os passos iniciais, com a declaração de 9 de maio de 1950, quando o ministro Robert Schuman afirmava que a Europa não se faria de uma vez, nem iria surgir como uma construção de conjunto, mas através de realizações concretas e progressivas, levou mais de 40 anos para chegar à engenharia do Tratado de Maastricht.

Pois, mesmo assim, poderíamos dizer que apesar dos indiscutíveis avanços para a integração e dos recursos fantásticos que foram mobilizados, a Europa dos "Doze", ou a Europa dos "Quinze", ou a "Europa do Atlântico aos Urais", continua e continuará, longe de ser a unidade que permeava o sonho de seus construtores.

É que pode ser relativamente fácil derrubar as barreiras alfandegárias para liberar a circulação dos produtos; podem ser colocados de parte os nacionalismos que noutros tempos causaram tantas guerras e confrontos; podem ser obtidos financiamentos para as infra-estruturas continentais; ou podem estabelecer-se consensos para acertar políticas comuns na agricultura, nas relações comerciais com outros países, no reconhecimento dos programas de ensino e na destinação de verbas para a pesquisa. No entanto, quando chega o momento de cruzar pontos críticos – como implantar a moeda única ou cerzir uma política externa casada – aí é que se vêem os sinais de fragilidade da União Européia. A Inglaterra diz que a moeda única e a política monetária ditada pelo Bundesbank não têm a sua concordância; e a França, quando chegou a hora de tomar uma posição conjunta na guerra do Golfo, roeu a corda e ficou comprometida com os fundamentalistas de Teerão.

Todavia o mais difícil para que a União se consolide e fortaleça em suas múltiplas vertentes não é o padrão monetário, nem são as diretrizes econômicas ou as divergências pontuais das chancelarias. O nó górdio está no dilema de cada país desistir de seus traços genéticos e individualizantes para se integrar na constelação européia. O idioma é, sem dúvida, a primeira força a puxar em sentido contrário. E depois com a Língua, vêm os "genes" e os "patterns" culturais, as matrizes da História, o cruzamento de etnias, as diferenças religiosas e assim por diante.

Um português pode partilhar com um sueco o consumo da manteiga holandesa, ou concordar em reduzir, para fazer a vontade ao governo e seguir as regras de Bruxelas, o plantio das videiras nas escarpas do Douro. Entretanto, a sua experiência nos trópicos ao correr dos séculos, a sua epopéia e a diáspora pelas sete partidas do mundo, o seu contato e miscigenação com outros povos, vão fazer com que, em questões fundamentais da política externa do continente, a visão desse português não seja a mesma do nórdico.

Delimitar a zona dos eucaliptos, reduzir o grau de acidez do azeite, conviver com produtos e tecnologia, modas e gostos de fora, tudo é possível; mas já é mais complicado substituir ou mudar os valores formativos da identidade de um povo,

uniformizar costumes e hábitos em língua estrangeira, ou assumir novas idiossincrasias em formatos históricos diferentes.

Ora, nesse corte, é que reside a grande vantagem da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A União europeia, o NAFTA, os "tigres" do Pacífico ou quaisquer outros blocos poderão ter colchetes mais ou menos fortes a ligar os diversos Estados que os formam: colchetes relacionados com interesses econômicos e vantagens comparativas; colchetes impostos pelo determinismo geográfico; colchetes amarrados a interesses da política externa ou da estratégia do poder. Mas haverá sempre uma certa dose de artificialismo nesses conjuntos e o risco da transitoriedade. Por isso costuma-se dizer que a União Europeia é como o casamento: bom, enquanto dura. O próprio MERCOSUL, onde já temos uma presença maior de elementos naturais a lastrear a integração dos 4 países latino-americanos, certamente não possui aquilo a que José Craveirinha chama de "espaço de bula-bula fraternal", como acontece, por exemplo, em relação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Por muitos modos poderia afirmar-se que, antes de ser, ela já existia: na Língua que falamos, na amizade que distribuímos, na convivência histórica que tivemos, nos valores que partilhamos, no passado comum e no futuro "a haver".

É claro que se voltarmos atrás vamos notar que pecamos pela retórica sentimental em que nos perdemos. Reconhecemos a importância da construção, a convergência de rumos, a solidez dos alicerces, a gama dos interesses entrecruzados, mas ficamos nas declarações e no discurso. "Estivemos vivos, mas não vivemos", como diria Cunha Rego. Contentamo-nos em namorar, sem a fecundação realizada. E já deixamos que outros países saíssem na frente, em ações objetivas, quando certamente fomos os primeiros, pelas afinidades e pelos valores divididos, a ter a percepção de que existia o espaço da lusofonia, com componentes próprios de afirmação e de grandeza, com tudo, para ser uma das grandes forças do mundo já neste final de milênio e no próximo.

Desta vez temos de nos despojar do discurso e das declarações de circunstância, se quisermos efetivamente dar corpo a um projeto que está de alguma maneira atrasado no tempo. E podemos atuar de imediato em dois hemisférios: na concertação política e na cooperação.

No que se refere à primeira, existem dois campos abertos para agir: de um lado, a articulação dos 7 países dentro dos organismos internacionais, para que a lusofonia ganhe peso e tenha voz; e, do outro, os encontros parlamentares e as reuniões periódicas dos membros dos governos para discutir propostas e planos de interesse comum.

No que tange à cooperação, temos um elenco infindável de ações a desenvolver, desde o ensino à ajuda econômica das tecnologias às experiências no setor da habitação, do livro ao campo diplomático. Nessa vertente, se considerarmos o estágio atual dos países africanos, as suas necessidades e os seus desafios, o Brasil e Portugal têm uma responsabilidade maior.

Angola e Moçambique, saindo dos estertores da guerra civil, com carências colossais em todos os domínios, inclusive naqueles que são essenciais à sobrevivência das próprias populações, são dois países que, sozinhos, não têm meios de proceder à própria reconstrução. E logo vão vivenciar um dilema dramático: se sentirem que dentro da Comunidade lusófona encontram apoio e ajuda para o seu crescimento económico, para o progresso social, para a alfabetização das populações, para a construção de moradias, para a exploração dos recursos naturais, não tenhamos dúvida de que os governos de Luanda e do Maputo manterão os seus países no eixo da lusofonia. Entretanto, se sentirem que não há respostas adequadas para os anseios e as necessidades que os angustiam, acabarão por deslocar os vetores da política externa para outros meridianos de onde possam vir a tirar investimentos e auxílios financeiros. Sacrificam as matrizes generosas e boas da solidariedade lusófona por uma "Realpolitik" que se traduza, ao fim das contas, no ingresso de "fundos".

Em escala menor, os dilemas são os mesmos na Guiné-Bissau, cercada por países francófonos e que, por várias vezes, já foi tentada a passar para a zona de influência de Paris.

É a hora, como no verso pessoano, de pensar e de fazer à grande.

A. Gomes da Costa

NOTAS E COMENTÁRIOS

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA EM ÁFRICA E NO ORIENTE

Antônio Gomes da Costa
Real Gabinete Português de Leitura
Liceu Literário Português

Mestres e estudiosos da Língua Portuguesa, vindos de diversas partes do mundo – uns da Europa, outros da África, outros do Extremo Oriente – juntaram-se aos mestres e estudiosos brasileiros para discutir e avaliar o estado do Idioma, refletir sobre os seus contatos com outras línguas, sobre os reflexos das mudanças políticas na evolução e permanência do Idioma e sobre os desafios inerentes ao ensino e à difusão geográfica. Vieram a convite do Liceu Literário Português, para enriquecer mais uma de suas iniciativas, e vieram, acima de tudo, movidos pelo interesse intelectual e pelo carinho que dedicam, todos, há muitos anos, aos estudos, à pesquisa e ao conhecimento da linguagem, nas diversas vertentes e nos seus múltiplos aspectos.

Foram dias de colheita e também de sementeira. De colheita, porque aprendemos muito com as lições e as experiências aqui reveladas, porque confirmamos, ouvindo os depoimentos que cada um trouxe, que nos diversos continentes continua a realizar-se um trabalho admirável por parte de muitos no sentido da Língua não perder domínios, nem prestígio e de continuar a ser o instrumento de fraternidade e de convívio para aqueles povos cujas raízes são comuns e cujas linhas de convergência gostaríamos que nunca fossem, no futuro, quebradas ou rompidas.

As variantes e as particularidades morfossintáticas do Português de Angola ou de Moçambique; a claridade literária de Cabo Verde; o cerco francófono da Guiné-Bissau; a sobrevivência dos crioulos indo-portugueses a lembrar-nos os “patterns” lusíadas deixados em Goa, Damão e Diu; o “papiá-cristão” do “Portuguese Settlement” em Malaca; o esforço fantástico que está a ser feito em Macau para a preservação das raízes portuguesas na Língua, na memória, na arquitetura quando no final do século a administração do território for transferida para a República Popular da China tudo isto, e muito mais, foi objeto de análise e de debate ao correr

deste Simpósio. Uns vieram de além-mar com os traços vivos de sua fidelidade às matrizes do Idioma; outros trouxeram-nos da África de Mia Couto e de Luandino Vieira a magia e o surpreendente da frase; estes falaram-nos das pesquisas e da plasticidade da linguagem de Euclides ou do Guimarães Rosa; aqueles de suas investigações em torno da musicalidade das palavras ou rituais etnolinguísticos de Moçambique; e ainda aqueles outros trouxeram-nos o encantamento do Ocidente, alertaram-nos para o desvio do epicentro da História no próximo milênio, para o “doce falar” daquelas famílias portuguesas que através de gerações sucessivas souberam manter, no foz do Rio das Perólas e perto das muralhas chinesas, uma presença portuguesa, que, quase juramos, não irá extinguir-se, nem escapar pela Porta do Cerco, porque, longe de estarmos no “fim da História”, como alguns pensaram, olhando a ruptura dos regimes políticos e o fim da bipolarização mundial, estamos no início de um novo tempo onde serão importantes os valores de uma cultura por cujo ecumenismo e universalidade havemos de lutar, com as nossas forças, com o nosso trabalho, com o nosso sonho.

Congratulamo-nos com os participantes deste Simpósio e agradecemos a todos o terem vindo, trazendo-nos os seus ensinamentos e honrando-nos com sua participação.

Nada mais justo do que termine esta intervenção com palavras de reconhecimento – este é o dia certo de o fazer. Reconhecimento, que começa, obviamente, pelos que vieram de mais longe, de outros países e de outros Estados. Sabemos o que representou de sacrifício e de esforço para os que vieram de fóra, mas estamos também certos que o fizeram com gosto: primeiro, porque vinham ao Brasil, e esse anúncio, desde a carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, dando conta da boa nova da chegada da frota cabralina a Porto Seguro, sempre suscita interesse e encantamento por esta terra boa e acolhedora; depois, porque outros vieram em missão de serviço, cruzados de uma causa e sacerdotes de uma religião, que é a Língua Portuguesa.

O nosso reconhecimento vai também para as instituições e Universidades, que, solidárias com os nossos propósitos, contribuíram para o êxito deste projeto.

O nosso agradecimento para todos os participantes do Brasil – de S. Paulo e da Paraíba, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro – que com sua competência e participação muito nos ajudaram.

Também uma palavra de muita gratidão ao Presidente e à Diretoria do Liceu Literário Português pelo zelo, empenho e entusiasmo com que conduzem esta Casa e pelos programas de trabalho que vêm sendo cumpridos. Administradores sem remuneração, esquecem o seu próprio negócio, a sua família, as suas horas de lazer, para se dedicarem a esta causa de servir Portugal e o Brasil. Na pessoa do Presidente Edison Chini, queremos testemunhar a todos o reconhecimento da nossa comunidade.

Finalmente, minhas Senhoras e meus Senhores, permitam-me que realce, no encerramento deste Simpósio, a cansaça, o merecimento, a doação, o entusiasmo e o carinho de um grupo de Homens que um dia tive a sorte de conhecer e a coragem de pedir para que colaborassem conosco na criação do Instituto de Língua Portu-

guesa do Liceu Literário Português. Vieram e com sua presença esta Casa ganhou foro e primícias universitárias. Cursos foram organizados; passou a editar-se semestralmente a revista "Confluência"; em 1992 realizou-se o 1º Simpósio Internacional sobre a Língua Literária; sucederam-se debates e mesas-redondas sobre a reforma ortográfica, a gramática, os aspectos da sintaxe, a morfologia e o aprimoramento da linguagem; e agora entregaram-se à organização deste novo Simpósio. Como aumentou a nossa dívida! Já tínhamos antes – pois dobramos o seu tamanho, pela aplicação e pelos cuidados, pela entrega e pela amizade. Ao Prof. Silvio Elia; ao Prof. Evanildo Bechara; ao Prof. Maximiano de Carvalho e Silva; ao Prof. Gladstone Chaves de Mello; ao Prof. António Basílio Rodrigues, com os agradecimentos do Liceu Literário Português, que interpreto nesta hora em nome do Dr. Edison Chini, Presidente da Diretoria, quero acrescentar a minha maior admiração e toda a minha estima.

Com os votos de Feliz regresso e de felicidades para todos, com os nossos agradecimentos e com um "até breve", declaro encerrado, em nome da Diretoria do Liceu Literário Português, o Simpósio Internacional da Língua Portuguesa em África e no Oriente.

Liceu Literário Português

Rio de Janeiro, 28/4/95

(No encerramento do Simpósio Internacional da Língua Portuguesa em África e no Oriente)

*

SBLI SOCIEDADE BRASILEIRA DE LÍNGUA E LITERATURA
XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA E LITERATURA
MESA REDONDA: AS ATUAIS DIMENSÕES DA CRÍTICA GENÉTICA
(25 DE JULHO DE 1995 - 16:00)

Philippe Willemart
USP

Supondo que o público conhece a crítica genética e sabe do que ela trata, vou tentar esboçar os rumos atuais da crítica genética no Brasil, especificando que me deterei mais sobre a crítica genética a partir dos manuscritos literários.

Sem querer capitalizar para a Associação dos Pesquisadores do Manuscrito Literário, a APML, tudo o que acontece em crítica genética, é entretanto, que eu

saiba, a única organização que tentou reunir a um nível nacional os pesquisadores do manuscrito literário. Relendo, portanto, a produção escrita da APML e de seus membros, conseguiremos delinear as linhas fundamentais que norteiam a pesquisa.

A APML concentra basicamente sua produção nos cinco números de sua revista *Manuscrita*¹ e nas Atas de seus quatro congressos².

Os temas do último encontro intitulado *Gênese e Memória* resumem bem as tendências atuais da crítica genética, no Brasil: gênese e ciências, manuscrito e documentação, práticas de edição e poética da escritura.

1. Partindo do princípio que os fenômenos de criação que acontecem em todos os campos da atividade científica devem coincidir, a Comissão Científica convidou Nelson F. Ferrara, professor de física na USP para tratar do assunto. Novo para a maioria, esse primeiro tema estabeleceu as relações possíveis entre três modelos para complexidade: o caos determinístico, as estruturas dissipativas e a complexidade a partir do ruído, com elementos do processo de criação literária e de leitura.

2. O segundo tema se referia aos acervos existentes no Brasil. Além da *Fundação Casa de Rui Barbosa* do Rio de Janeiro e do *Instituto de Estudos Brasileiros* de São Paulo, mais conhecidos, destaco o projeto "*Memória do manuscrito literário brasileiro*", dirigido por Roberto de Oliveira Brandão, que pretende catalogar todos os manuscritos literários em posse de instituições, pesquisadores e autores, como forma de auxílio aos especialistas em edição crítica e análise genética do texto literário. Uma primeira catalogação saiu na *Manuscrita* n^o5.

3. O terceiro tema, aparentemente mais clássico, demonstrou, no entanto, uma maior articulação possível entre os editores e a crítica genética. As mesas redondas discutindo a edição da *Clavis Prophetarum* e de *Grande Sertão Veredas* não se contentaram em discutir as variantes e estabelecer os estemas, termos consagrados da filologia, mas se sentiram "tomados" pela genética. Estudaram as diferentes versões, o vocabulário, o glossário, as condições culturais, tentaram perceber os processos de criação desses autores e interpretaram.

Isto é, para apresentar uma boa edição crítica, não basta tentar reencontrar o primeiro texto ou estabelecer a integralidade das outras versões; o editor, rico de sua experiência e de seu conhecimento da "obra se fazendo", se sente forçado em entrar na crítica genética.

Da mesma maneira, após a descrição minuciosa dos roteiros de navegação dos séculos XVI e XVII e a sugestão de normas para editá-los, a pesquisadora Célia Telles pretende descobrir as estruturas que regem esses discursos.

Este mesmo tema 3 permitiu ainda a vários participantes mostrar um trabalho que se estende à história da medicina, da lingüística, das ciências, etc.

A edição crítica dá portanto margem a estudos diversificados da cultura brasileira e não se limita à literatura.

O quarto tema tratou em grande parte de assuntos já mais comuns entre nós, a saber os manuscritos relacionados com a literatura; mesmo se a crítica genética

ligada com a literatura ainda é pouco conhecida por pesquisadores e professores em sala de aula, ela é bastante explorada e divulgada entre nós nos anais dos três congressos anteriores e nos cinco números de *Manuscrita*, se detendo em autores clássicos como Guimarães Rosa, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Pedro Nava, Hermílio Borba Filho, José Lins do Rego, Cláudio Manuel da Costa, etc. sem falar dos clássicos argentinos, uruguaios, portugueses e franceses.

Mas a equipe dirigida por Cecília Almeida Salles apresentou trabalhos inéditos sobre cinema, arquitetura e pintura que revelam a universalidade dos fenômenos da criação e a diversidade dos campos de atuação da crítica genética.

Resumindo, o que pude notar durante esse congresso foi efetivamente *uma invasão do conceito de gênero e dos estudos de gênese* em campos que, até há pouco, ignoravam o termo. Como se ele cimentasse vários campos da ciência, separados até hoje, o conceito de gênese, talvez por ser o título do Congresso, operou como um catalisador e forçou os pesquisadores a um diálogo proffcuo.

Outras questões pendentes que afloraram no congresso ou depois tocam a crítica genética propriamente dita. Vou ressaltar somente três que parecem importantes para nossa elaboração teórica.

1) A conferência de Luiz F. Duarte, da Universidade Nova de Lisboa, intitulada "Prática de edição: onde está o autor?" enfatizou a noção de "vontade do autor", exemplificando as dificuldades do editor crítico em determinar essa "vontade" em vários autores já que, após cada rasura ou novo texto, se manifesta uma outra vontade. Outras comunicações dos temas 2 e 3 usaram também esta expressão.

No entanto, um orientando de Cecília A. Salles, Edson do Prado Pfützenreuter, da PUC-SP, contrapõe uma outra vontade que decorre do material usado. Cito:

"a constituição natural diz respeito às características físicas da matéria e estas por se oporem à vontade do artista representam outra vontade. A relação do artista com seu material, por isso, não é dominadora; envolve o que Pareyson³ chama de "uma espécie de obediência criadora" da qual nasce algo "misto da vontade do produtor e da vontade do meio"⁴.

O que fazer com essas vontades? Podemos mantê-las? Não haveria possibilidade de mudar o termo e por que mudar?

Já tinha abordado a questão em outros trabalhos diretamente⁵ ou indiretamente⁶. Dizia que a vontade que manda no texto é a lógica do texto e não a vontade de quem escreve. O autor é certamente a instância que conclui cada rasura, deixando a supressão, substituindo a palavra ou a frase ou deslocando o parágrafo, mas essa instância não pode ser assimilada ao "eu" do escritor. O autor que manda na escritura resulta de uma feliz conjugação entre a linguagem ou, melhor, a escritura e algo não dominado pelo "eu", chamado subconsciente, inconsciente ou eu profundo, pelos próprios escritores.

Por que essa recusa do conceito "eu"?

Não preciso lembrar o avanço trazido por Freud no conhecimento do ser humano e a desconfiança da aparência do sujeito que não reflete sua complexidade. Freud descreve o eu como uma cebola na qual cada camada representa uma projeção-idealização das pessoas que cercaram a criança. Poucas vezes se sabe com qual camada tratamos, porque lidamos freqüentemente com fantasmas e não com o sujeito. A maioria de nossos contactos envolvem um mundo ficcional, já que o sujeito poucas vezes está onde pensamos encontrá-lo: "errando, sua palavra foge do engodo e cai no engano" (Lacan).

Não podemos, portanto, contar com um "eu" tão volúvel e tão dependente das projeções de outrora. Por isso, sugiro o abandono desse conceito tão marcado pela filosofia positivista e por uma psicologia datada que não levam em conta a contribuição da psicanálise.

Usar o conceito "vontade do autor" decorre, a meu ver, da mesma filosofia positivista e da mesma psicologia antefreudiana. "Lógica do texto" ou "lógica do material", no caso de artes não literárias, têm a vantagem de marginalizar, mas não eliminar, a vontade do escritor, porque é claro que essa vontade interfere ainda, mas não mais como uma instância soberana. Em caso de dúvida, o crítico deve recorrer não a testemunho ou textos anteriores, mas primeiramente à crítica interna do texto que lhe indicará o caminho coerente.

2) No debate que se seguiu à conferência de Louis Hay do ITEM-CNRS intitulada "A memória dos signos", uma frase de Valéry, afirmando que a escritura permitia a passagem do caos do pensamento à ordem da escritura foi comentada, mas merece uma explicação maior. Acreditamos⁷ facilmente que nossa mente vive em profunda desordem e, portanto, que a função da escritura é colocar ordem em nossas idéias.

Saussure afirmava que "O pensamento, caótico por natureza, é forçado a se determinar, se decompondo"⁸. A expressão "esclarecer as idéias" revela também essa mentalidade.

Pergundo se não é um preconceito decorrente de nossa cultura ocidental que desconfia da mente e do corpo, objetos de paixões, ou melhor, se essa concepção da mente não é uma projeção do nosso "eu" que não entende o trabalho da mente e prefere atribuir esse non-entendimento ao caos das representações mentais do que a um limiar de entendimento difícil de franquear. Parecidos com Hesíodo na *Teogonia*, preferimos batizar de caos o que precedeu a criação do mundo, já que não concebemos o que "existia" antes.

Por que não defender a hipótese de uma lógica nas representações da mente que precede a criação pela escritura? Mesmo, se não a entendemos, por que não aceitar que existe uma coerência na mente? Vejam bem que não defendo aqui a hipótese de alguns pesquisadores em ciências cognitivistas que sustentam a presença no cérebro de estruturas pré-estabelecidas. Refiro-me, pelo contrário, à estrutura do inconsciente singular definido pela teoria lacanianiana⁹, baseado na língua materna do sujeito, que dita uma lógica feroz, ilustrada em geral pelo discurso dos analisandos¹⁰.

Acrescentaria para uma compreensão maior que, por um lado, não posso conceber uma mente sem memória, e que, por outro lado, distingo com Lacan, uma memória vital à base de impressões, chamada por Platão de memória da reminiscência e uma memória simbólica estruturada por significantes¹¹.

A questão central para a crítica genética continua sendo os processos de criação no manuscrito, mas, supondo que uma outra lógica funciona antes da escritura, talvez mudemos de perspectiva. Tratando-se, não mais de uma criação na qual o escritor se torna instrumento da linguagem e de sua cultura, mas de um compromisso no qual o escritor "cuida" de uma passagem de uma lógica para uma outra, a escritura não seria uma ordenação de coisas discordantes, mas o confronto de dois mundos, o mundo da mente e o mundo da linguagem, ou, para retomar a divisão freudiana, o mundo das representações de coisa que inclui as do corpo e das pulsões e o mundo das representações verbais. A origem da criação decorreria deste confronto e não somente do trabalho na página branca ou das operações inconscientes. Lembro que Freud e Lacan já se preocupavam com esta problemática e que podemos, graças ao manuscrito, oferecer subsídios valiosos à discussão.

3) Um terceiro ponto decorre de uma demanda recente de assessoria, depois de um exame da tese de um doutorando da UNICAMP que integrava a equipe fundada por Claudia Lemos, intitulada "Aquisição da linguagem". Tratava-se do início da escritura em crianças de 6-7 anos. Eduardo Calil que defendeu sua tese em fevereiro deste ano, utilizou os conceitos da crítica genética, para aproximar a criação literária com iniciantes e com escritores, isto é, para reunir a pedagogia da imersão na escritura e a descoberta dos processos de criação em autores conhecidos. Não era novidade na educação em si, já que professores do secundário utilizam conceitos da crítica genética no ensino da redação, mas é a primeira vez no Brasil que eu saiba, que uma equipe de pesquisa articula a crítica genética com a aprendizagem da escritura a um nível acadêmico.

Às vezes, pergunto por que trabalhar com manuscritos de escritores estrangeiros e nacionais, por que fazer estas pesquisas de ponta em um país de tantas outras necessidades.

A resposta me foi dada com esta tese. Descobrir os processos de criação nos escritores pode orientar a imersão na escritura de milhares de crianças, adolescentes e universitários.

Terminarei aqui, esperando que esses três pontos suscitem debates e reflexões inéditas. Agradeço sua atenção.

NOTAS

- 1- *Manuscrita*, São Paulo, APML, 1990.1.
- Manuscrita*, São Paulo, APML, 1991.2
- Manuscrita*, São Paulo, APML, 1992.3
- Manuscrita*, São Paulo, APML, 1993.4

- Manuscrita*, São Paulo, APML – Annablume, 1994.5. (distribuidora Odisseia no Rio: 771-0272)
- 2- *O manuscrito moderno e as edições*. São Paulo. FFLCH-USP, 1986.
II Encontro ed. crítica e crítica genética: eclosão do manuscrito. São Paulo, FFLCH-USP, 1990.
III Encontro de Ecdótica e crítica genética. João Pessoa, Idéia, 1993.
Gênese e Memória. (IVº Encontro) São Paulo, ed. Annablume, 1995.
 - 3- Pareyson., Luigi. *Os Problemas da Estética*. 2ª ed. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1989 p. 125
 - 4- Sogabe, Milton. *Material Ymaterial*, 1990, (Dissertação de mestrado – PUC). p. 6.
 - 5- Willemart. Intenção do autor, vontade do autor ou lógica do texto. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1992. pp. 128-135.
 - 6- Id. *Universo da criação literária*. São Paulo, Edusp, 1993. p. 60-63.
 - 7- Insisto no termo "acreditar" que subentende uma fé.
 - 8- "La pensée, chaotique de sa nature, est forcée de se préciser en se décomposant". Saussure, Ferdinand de. *Cours de Linguistique générale*. Payot, 1969. p. 156.
 - 9- O inconsciente lacaniano reúne os três registros do Real, do Imaginário e do Simbólico e abrange o inconsciente freudiano concentrado no complexo de Édipo.
 - 10- Ver o discurso do pequeno Hans descrito por Freud em *Cinq Psychanalyses*. PUF. 1975. p. 93s e o comentário de Lacan no *Le Séminaire. Livre IV. La relation d'objet*. Paris, Seuil, 1994. p. 199s.
 - 11- "le signifiant est véritablement organisateur de quelque chose d'inhérent à la mémoire humaine. ... pour autant qu'elle implique dans sa trame quelques éléments de signifiant, elle se trouve fondamentalement structurée d'une façon différente de la mémoire vitale dont toute conception repose sur la persistance ou l'effacement d'une impression. Lacan. *Le Séminaire. Livre IV. La relation d'objet*. p. 234.
